



A DEMOCRACIA COMO CHÃO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Resumo

Este artigo objetiva analisar aproximações acerca da construção da concepção de democracia no Brasil a partir do final da década de 1970 em meio ao contexto de redemocratização do Estado brasileiro. São criadas várias organizações dos trabalhadores, o destaque é para o Partido dos Trabalhadores - PT. Justifica-se a necessidade de apresentar dois elementos fundamentais do contexto econômico e político do país: o Partido dos Trabalhadores – PT e o neoliberalismo. Com isso analisar a compreensão de democracia introduzida no Projeto Ético-Político do Serviço Social. Sob a perspectiva de que a democracia é uma das formas de Estado, nesse caso, Estado burguês. Portanto, caracterizar o período em que se formulam as ideias para a orientação política do Serviço Social nas últimas décadas do século XX e entrada no XXI. No primeiro momento foram utilizados materiais escritos de várias fontes. No segundo, os materiais foram referências exclusivas e notáveis no âmbito do Serviço Social.

Palavras-chave: Democracia, Partido dos Trabalhadores, projeto ético-político

Abstract

This article aims to analyze approximations about the construction of the concept of democracy in Brazil from the end of the 1970s in the context of the redemocratization of the Brazilian State. Several workers' organizations are created, the highlight being the Partido dos Trabalhadores - PT. The need to present two fundamental elements of the country's economic and political context is justified: the Workers' Party - PT and neoliberalism. With this, analyze the understanding of democracy introduced in the Social Service's Ethical-Political Project. From the perspective that democracy is one of the forms of state, in this case, bourgeois state. Therefore, to characterize the period in which the ideas for the political orientation of Social Work were formulated in the last decades of the 20th century and entry into the 21st. At first, written materials from various sources were used. In the second, the materials were exclusive and notable references in the scope of Social Work.

Keywords: Democracy, Workers' Party, ethical-political project



1. Aproximações acerca da perspectiva democrática construída a partir da década de 1970 no Brasil

A perspectiva democrática será explicitada e analisada no contexto em que o Brasil passava por uma ditadura militar (1964 – 1985). Sendo assim, a defesa da democracia significa a defesa da redemocratização do Estado e da sociedade brasileiras com implicações políticas e econômicas. Certamente esta perspectiva encontra debates não apenas frente o Estado e ao capital, mas diante da esquerda brasileira, ora questiona por seu limite ser o Estado burguês Lenin (2010), outrora o apoia. Isto explicita a medida que verifica a fragilidade teórica e política para com o marxismo, o qual o marxista citado acima já afirmava “Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado”. (LENIN, 2010, p. 54). Contudo, as dimensões construídas e defendidas nos núcleos e organizações (sobretudo o Partido dos Trabalhadores – PT), que representou uma alternativa à esquerda brasileira com vista a conquista da redemocratização do Estado, organização que se ofuscou a partir de 2002, quando chega a presidência da república e da continuidade em alguma medida (destacaremos alguns dos aspectos) ao projeto neoliberal consolidado em meados da década de 1990 pelo governo Fernando Henrique Cardoso –FHC . Nesse sentido o PT enquanto organização dos trabalhadores será tema de análise para posteriormente voltar à construção e a compreensão de democracia no projeto ético-político.

Segundo Chacon (1985), a democracia é uma necessidade colocada na pauta do dia na luta social protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores. “A qual ou os trabalhadores a constrói pelas suas próprias mãos ou não virá”. (CHACON, 1985, p. 693). Porém essa afirmação exige uma pergunta. Qual democracia o PT protagonizou e protagoniza? A resposta a esta pergunta será a questão central dessa parte do texto. Tendo como base as formulações da concepção de democracia apresentada e analisada por Lenin (2010) e como a democracia foi colocada no Brasil posteriormente a década de 1970, período em que o PT começa a ter sua base material construída e se conforma no início da década de 1980.

De acordo com Chacon (1985) o partido analisado surge da necessidade de um contexto político e econômico de lutas contra a ditadura militar e em favor dos direitos dos trabalhadores que eram uma exigência dos movimentos sociais há época. Nota-se a reorganização do movimento sindical na luta por melhores salários e condições de trabalho. Com relação aos movimentos populares, as reivindicações pautavam as melhorias referente a moradia, saneamento básico, dentre outros. Os trabalhadores do campo também estavam se articulando o qual formou um dos movimentos sociais mais importantes no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST na década de 1980. Desse contexto, resumido aqui, houve a necessidade de um partido político com a capacidade de dar direção e contemplar as lutas sociais desses movimentos, é construído o Partido dos Trabalhadores.

O referido partido será a organização por excelência que vai direcionar a luta dos trabalhadores contra os mecanismos ditatoriais, Chacon (1985), rumo a conquista de liberdade



civis em prol dos direitos dos cidadãos com centralidade na conquista da democratização da sociedade em todos os seus níveis. É importante destacar algumas ideias e propostas do plano de ação do PT, segundo Chacon (1985), posteriormente analisa-las a luz do que o PT vem provando a partir do momento que assumiu o executivo na esfera federal, ou seja, em 2002 quando Lula foi eleito presidente da república.

Para Chacon (1985), o PT “é diferente porque é democrático”, pois defende a luta dos trabalhadores urbanos e rurais e por “uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base”. (CHACON, 1985, p. 695). No plano de ação do PT nota-se dois importantes e centrais movimentos sociais: o MST e o movimentos sindical, tal importância expressa na criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Era pauta de luta a defesa da reforma agrária, melhores condições e salários dos trabalhadores urbanos e rurais e contra a privatização, logo que a política neoliberal já se fazia presente no Chile desde a década de 1970. Este último aspecto será objeto de análise mais adiante. Agora, concentramos no aspecto democrático.

Segundo Florestan Fernandes (1991),

O PT desprende-se quer dos partidos das classes dominantes, quer do oportunismo de partidos de esquerda que se conformavam com os papéis de cauda da política burguesa, pseudoprogressista e pseudodemocrática. (FERNANDES, 1991, p. 11).

O referido autor afirma que a organização e direção dos trabalhadores, via democracia, é conquistar o socialismo. É importante ater aos elementos apontados por Fernandes (1991), tendo claro que esta análise refere ao contexto da década de 1980 e início de 1990.

O contexto de crise econômica, Netto (2014), nacional e internacional do final da década de 1970 e começo de 1980 impacta diretamente nas condições básicas dos trabalhadores brasileiros. Essa crise se verificou com o “choque do petróleo”, por volta de 1973 logo que o Brasil era o terceiro maior importador de petróleo do mundo. Outro fator decisivo sobre a ditadura, o volume da dívida externa aumentou em proporções absurdas, ou seja, sob o governo de “Figueiredo e a direção econômica de Delfim Netto -, a dívida externa brasileira saltou de 49,9 bilhões de dólares (1979) para 91 bilhões de dólares (dezembro de 1984)”. Neste mesmo período, Netto (2014), registra que “a renda per capita reduziu-se em 25%” e mais “os brasileiros extremamente pobres saltaram de 17,25 milhões em 1979 para 23,70 milhões em 1985”. (NETTO, 2014, p. 214).

Frente a desastrosa situação econômica do país, no mesmo período, houve a reinserção da classe operária na cena política representada (sobretudo), no que ficou conhecido como o novo sindicalismo, mais outras lutas foram sendo tecidas na sociedade brasileira. Notáveis são os movimentos populares vinculados a luta por moradias, raciais, por liberdade de expressão dentre outros vinculados e/ou apoiados por uma parte “progresista” da Igreja Católica e claro, o MST no campo.

Para Fernandes (1991) o PT era o partido capaz de conduzir esses movimentos sociais e populares à luta pela democracia com o objetivo de conquistar o socialismo. Em 1978 há um marco que vai se perfazendo a necessidade do PT, “a greve de 1978 efetuou uma ruptura, que punha o grande capital, a contra-revolução e seu governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro”. (FERNANDES, 1991, p. 40). Assim o Partido dos Trabalhadores vai se formando e organizando a partir de várias influências desde setores da



Igreja, movimentos sociais e populares. Vale destaque para o movimento sindical, pois seu principal líder tornou-se o principal líder também do PT, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse sentido Fernandes (1991), “a democracia como meio, fim e valores sociais”. Tal autor esta partindo de uma análise marxista. Contudo ao verificar em um dos marxistas mais autênticos de toda a história, percebe-se que a concepção de democracia em Fernandes (1991) diverge no campo das esquerdas. Exemplo disso, Lenin (2010) ao se referir a democracia faz questão de explicita-la como ela sendo a melhor crosta para o desenvolvimento do capitalismo. Por isso a democracia vai existir enquanto existir Estado, ou melhor, no socialismo ainda existe, porem agora democracia operária, o que é fundamentalmente diferente. O outro ponto é afirmar “os valores sociais”. Se a democracia é burguesa prevalecem os valores dos proprietários dos meios de produção. Sendo democracia proletária, logo os valores dos trabalhadores são predominantes. Em termos mais precisos, do ponto de vista marxista, na esteira do que diz Lenin (2010), as instituições, organizações dos trabalhadores e os meios de produção vão estar sobre o controle do proletariado. Nesse sentido ele será a classe dominante, logo as ideias e valores dominantes serão dos trabalhadores e não dos capitalistas. Voltemos ao PT.

Segundo Florestan (1991), o PT precisa ocupar os diversos espaços democráticos cedidos pela burguesia, disputar o parlamento, o congresso, as câmaras de vereadores, conselhos nos diferentes espaços e políticas sociais públicas dentre outros. Desta forma o PT vai formando uma base solida com a participação da sociedade civil para coletivamente lutar por melhorias que impacta na vida dos trabalhadores. Com isso o PT

(...) se volta para a construção de uma sociedade socialista, impõem-se quebrar a “aceleração do desenvolvimento capitalista” como uma política exclusiva. Dissociada da democracia, ela conduz fatalmente à permanente elevação da concentração social da riqueza, da cultura e do poder nas mãos das classes possuidoras associadas (nativas) e hegemônicas (imperialistas). (FERNANDES, 1991, p. 47).

É preciso ser coerente enquanto a análise de Fernandes (1991), por mais que a sua concepção de democracia para atingir o socialismo seja problemática (muitos outros importantes teóricos da esquerda brasileira estava nessa linha de análise de Florestan Fernandes) esta foi uma discussão das décadas de 1980 e até mesmo 1990. Já a partir da entrada do século XXI o PT comprovou de que lado esta após conquistar o executivo federal em 2002, partido que fica no “poder” até começo de 2016 não vai completar o mandato até 2018 por conta de um golpe (o golpe é tema para outra discussão, portanto não será abordado aqui). Esse elemento é central e será o ponto de partida que iremos analisar, mais exatamente dois elementos que se relacionam. O primeiro é a política neoliberal consolidada no Brasil no governo FHC, definitivamente a partir de meados da década de 1990. Segundo elemento, é analisar como o PT governou num contexto que se alterou, ou seja, na década de sua fundação lutava pela redemocratização da sociedade e do Estado, já em 2002 o PT vai ser o governo onde desde a década anterior a política neoliberal havia sido implementada. O PT continua a defender as bandeiras que Florestan Fernandes (1991) tanto defendeu ou governou para a classe dominante, ficando as migalhas aos trabalhadores?

2. Neoliberalismo, uma necessidade de reprodução do capital



Historicamente o modo de produção capitalista passa por alterações, que não altera sua lógica, a lógica da acumulação e expansão de capital, mas altera suas formas de reprodução frente suas crises. Posteriormente ao “anos dourados” ou “os 30 anos gloriosos”, ou seja, entre as décadas de 1940 a 1970 o capitalismo é afetado por uma outra “onda” de profundas crises, notável foi a crise do petróleo nos anos de 1970. A partir da década de 1970 ocorreu os processos de flexibilização do capital conforme nos mostram Gonçalves e Haesbaert (2006). O capitalismo passa a deslocar seus polos de produção para outras regiões do mundo, como a América Latina.

As mudanças ocorridas na economia nas últimas décadas podem demonstrar como o jogo de poder mundial esta subordinado aos interesses do grande capital e das grandes corporações transnacionais, sem falar dos organismos da economia global, em especial o capital financeiro, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. (GONÇALVES e HAESBAERT, 2006, p. 31).

Há um processo de concentração econômica, logo, o poder político imposto aos países como os latinos americanos determinando o ritmo de sua produção econômica. Vai formatar a reestruturação econômica do grande capital no espaço mundial a partir de novos métodos de produção e a implementação de novas e altas tecnologias nos processos de trabalho e como referido pelos autores da citação, o avanço do capital financeiro com a junção do capital industrial e o capital bancário, configurando no capitalismo monopolista.

Com os países de economias centrais intervindo nas economias da América Latina há necessidades de mecanismos para controlar a economia e a política existem e são colocadas em prática. São fundamentais organizações mundiais como o Banco Mundial – BM e o Fundo Monetário Internacional - FMI. Ao referir aos grandes países que passaram a controlar a economia de todo o globo, países como: Estados Unidos da América - EUA, Alemanha, França, Inglaterra, Japão e mais recentemente China. (tem outros, mas com menos poder de intervenção na economia mundial). Cabe uma ressalva, mesmo entre as grandes potências mundiais, há conflitos internos constantemente em nome do poder econômico e político com implicações nas esferas da vida social e cultural.

Segundo Gonçalves e Haesbaert (2006) essa relação de disputa entre os países mais ricos em nome do poder econômico implica a necessidade do poder político, nesse caso, o Estado é alvo central dos países imperialistas. Desta forma há uma redefinição do campo político-institucional do Estado. Nesta fase de orientação neoliberal, o Estado vai gradativamente perdendo força e deixando muito maior liberdade para que as “forças de mercado” comandem a economia

(...) políticas neoliberais e de desregulamentação mundo a fora nas décadas de 1980 e 1990 foram decisivas na consolidação desse processo, aliados a um novo padrão tecnológico que permitiu a enorme aceleração das trocas de produtos, capital e informações, além de ter facilitado a própria circulação de pessoas. (GONÇALVES e HAESBAERT, 2006, p. 41).

Tendo em vista a necessidade do capital estrangeiro em controlar as pequenas economias a distancia, o elemento tecnológico se torna fundamental no controle das informações. De acordo com os autores da citação, podemos perceber que país como os EUA tem o controle de seus investimentos e multinacionais no Brasil, assim como tem também o controle de informações precisas sobre onde e quando investir em nosso país.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 23 – 36, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Nesta linha de análise é preciso olhar sobre as formas e mecanismos que a política neoliberal foi implementada no Brasil a partir de meados da década de 1990 nos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC e sua continuidade ou não nos governos do Partido dos Trabalhadores – PT, sobretudo nos Governos Lula.

2.1. A política neoliberal e os governos do PT

O neoliberalismo é caracterizado por Saes (2001) com três políticas fundamentais que se relacionam.

A primeira delas é a política de privatização das atividades estatais: não só a desestatização das empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais como até mesmo a desestatização de atividades administrativas, tais como o serviço penitenciário, o Banco Central, a receita federal etc. A segunda delas é a política de desregulamentação: isto é, a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia (em geral) e das relações de trabalho (em particular). A última dessas políticas é a política de abertura da economia ao capital internacional: eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico. (SAES, 2001, p. 82).

No Brasil, esta política foi consolidada a partir de 1994 no governo de FHC. Para isso, houve todo um movimento, o “novo governo fixou um extenso programa de privatizações”. Movimento que perpassou por dentro dos espaços democráticos, o parlamento, que implicou “a condução da luta por uma ampla reforma constitucional de efeito claramente neoliberal”, Saes (2001). Como exemplo a quebra no monopólio estatal do petróleo, posteriormente com a tentativa de privatizar a Petrobras. Processo que ocorreu e foi concretizado com as telecomunicações, esta o governo FHC conseguiu privatizar.

Dentre outras medidas adotadas nos anos 1990 que provou para alguns analistas que não via neoliberalismo em FHC, enquanto governo foi, Segundo Saes (2001) a abertura da economia brasileira ao capital internacional. A assinatura de protocolo frente a Organização Mundial do Comercio - OMC , que significou a realização dessa abertura, onde o capital financeiro se expandiu com bancos estrangeiros no Brasil. Portanto, ampliando as bases do capitalismo imperialista no país, ou seja, os bancos é um dos braços do imperialismo o que vai formatar em serviços em prol da burguesia internacional. Contudo, isto não significa a não oposição de setores de esquerda (e até da direita representada pela burguesia nacional), mesmo assim esta oposição não foi forte o suficiente para bloquear a política neoliberal. Por isso a afirmação de Saes (2001) se torna necessária, “a oposição popular e de esquerda se vê globalmente colocada numa postura bastante defensiva – tanto no plano sindical como no plano político-partidário”. (SAES, 2001, p. 86).

Feitas essas considerações gerais e pontuais acerca do governo de FHC é preciso olhar e elaborar com relação aos governos petistas com a política neoliberal. Tendo em vista que o PT ao defender a redemocratização do país, nos anos 1980, defendia a oposição ao neoliberalismo que já era implementada no Chile na década de 1970.

A partir de início do século XXI, com o governo Lula, as esperanças nele depositadas por parte significativa da esquerda brasileira, começam a se decepcionar, pois este governo começa seu mandato aderindo e não se opondo a política neoliberal: o processo de “privatizações, a lei de responsabilidade fiscal e a reforma da previdência, destinada ao setor



privado” (TRISTÃO, 2011, p. 110), provam a ruptura com relação a suas bandeiras dos anos 1980 e 1990, inclusive uma delas era contra o neoliberalismo.

Esta opção do Partido dos Trabalhadores era anunciada, deliberadamente, numa carta, em 2003, do Ministro da Fazenda Antonio Palocci ao FMI, onde defendia a continuidade da política de cunho neoliberal implementada por FHC. Inclusive, segundo Tristão (2011), o PT assumiu compromissos com o BM e com o FMI cujos FHC não havia conseguido. Há vários, dentre eles, a melhor adequação da economia nacional aos interesses do imperialismo, é notável o aumento dos bancos estrangeiros no Brasil, os quais serviram-se de lucros ainda maiores que atingidos em governos anteriores.

Seguindo à risca as recomendações do FMI, Lula da Silva aprofundou as reformas liberais, transformando o Brasil num verdadeiro paraíso dos grandes negócios. Sob a consigna “tudo pelo capital”, à burguesia e aos endinheirados a administração petista ofereceu vantagens tangíveis: mega-superávits primários, populismo cambial, taxas de juros estratosféricas, arrocho salarial, Reforma da Previdência Social, gigantescos saldos comerciais, Lei de Falência, independência do Banco Central, Parcerias Público-Privadas, socorro ao grande capital em dificuldade, ampla liberdade para os transgênicos, cumplicidade com “contratos espúrios” que sangram o erário e espoliam a população, opção preferencial ao agrobusiness. (SAMPAIO, apud. TRISTÃO, 2011, p. 118).

Além dos grandes saltos nos lucros dos bancos, os grandes proprietários de terras (latifundiários) também foram beneficiados com a liberdade de produção agrícola de transgênicos. As parcerias público-privadas foram contempladas. Essas últimas são explícitas com o Programa Universidade para Todos – PROUNI, com relação a política social pública de saúde, aumento dos planos de saúde privada. Outra reforma de perspectiva neoliberal e que atacou os servidores públicos, a Reforma da Previdência Social, a qual de acordo com Tristão (2011) teve “um único objetivo”, fomentar os Fundos de Pensão retirando dos servidores públicos a integralidade salarial das aposentadorias, estipulando, na época, um limite de 2.400 reais, que deve ser contemplado com os fundos de pensão. Foi apresentado como justificativa desta reforma um déficit, sendo que a previdência ocupa lugar na Seguridade Social, esta última apresentou um superávit de 32,96 bilhões de reais em 2002. Portanto, não é que existe o déficit desta política, mas há manobras em vários momentos e políticas para adequar melhor as condições para beneficiar o grande capital.

Do ponto de vista político, especificamente o democrático, o PT vem provando que a democracia é para o grande capital se organizar e concentrar cada vez mais sua riqueza, para os trabalhadores sua relação com o Estado é dramática, ao se organizarem e lutarem por seus direitos. Isto é visível com a “violência policial amparada em decisões de um sistema judiciário crescentemente hostil aos movimentos sociais e suas formas de luta”. (MACIEL, 2016, p. 6). Há vários exemplos e alguns relativamente recentes. Como o aparato militar montado para reprimir os movimentos de oposição a Copa do Mundo de Futebol masculino, realizada em 2014, no Brasil, os abusos policiais no tratamento à grave dos estudantes da Universidade de São Paulo – USP, em 2011, a expulsão de milhares de famílias da área do Pinheirinho, em São José dos Campos – SP, a crescente violência para com os trabalhadores do campo, especialmente contra o MST. Por estes motivos e tantos outros que explicita o caráter do Estado brasileiro, ou seja, um Estado burguês, sendo confirmado também nos governos como os de Lula e Dilma.



Outro momento problemático do governo PT foi com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Essa organização dos trabalhadores rurais foi fundamental na construção deste partido, em nome disso uma das bandeiras do PT antes de chegar ao “poder”, claro, era fazer a reforma agrária, no entanto o tratamento a questão dos trabalhadores do campo esta se agravando a medida e em detrimento do investimento, por parte do governo federal, no agro-negócio.

Outro elemento desta postura anti-popular é o tratamento dado pelo governo e seus aliados à questão agrária. Em relação à reforma agrária, o Governo Rouseff tem tido um desempenho ainda pior do que o governo Lula, por sua vez marcado por tímida política de assentamentos. Segundo dados do próprio Incra, em 2011 apenas 22 mil famílias foram assentadas, num total de 117 assentamentos, o que equivale a uma redução de 44% em relação à 2010. É o pior resultado em 16 anos. Enquanto isto, o governo não só nunca atualizou os índices de produtividade da terra, antiga reivindicação dos movimentos de luta pela terra, como apoiou uma proposta de reforma do Código Florestal que estimula o desmatamento, absolve os que cometeram crimes ambientais e favorece o avanço da fronteira agrícola de acordo com a perspectiva concentracionista e predatória do agro-negócio. (GOULART, apud. MACIEL, 2016, p. 7).

Esta conjuntura econômica e política desenhada ao longo do texto procura expor a cruel situação dos trabalhadores rurais e urbanos, dos setores público e privado. Em momentos de crise do capital como a que estamos vivenciando, a veia democrática, mesmo de governos do PT que governou até começo de 2016, se mostra cada vez uma veia mais fina, ou seja, se formatando um contexto de redução dos espaços democráticos de luta e ampliando a criminalização dos movimentos sociais. Economicamente, a situação da classe trabalhadora é complicada, passada um curto período de ascensão dos trabalhadores em momentos de aumento do Produto Interno Bruto – PIB, paralelamente a economia mundial também em crescente que culminou no governo Lula o qual ampliou o funcionalismo público e gerou um número considerável de empregos no setor privado. O quadro atualmente é outro, ampliação do desemprego, miséria, violência etc tende a aumentar numa escala gritante. O momento também é delicado para as instituições públicas como saúde e educação dentre outras, situação dramática tanto para seus trabalhadores quanto para os usuários desses serviços.

Frente a isto e resgatando alguns aspectos econômicos e em especial políticos, vamos tratar dentro desta conjuntura, nada animadora, da construção da democracia no interior do projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

3. Democracia: o chão histórico para a constituição da direção política do projeto ético-político do Serviço Social

No final da década de 1990 o professor José Paulo Netto, publica um texto que se tornou a principal referência do projeto analisado, intitulado A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, no qual analisou suas ideias pautadas na construção deste projeto vinculado as lutas sociais que abrangiam vários segmentos da sociedade brasileira, sobretudo, a classe operária. Houve todo um movimento de uma sociedade que influenciou um movimento particular, o movimento do Serviço Social.

Neste sentido, afirma Netto



(...) com a reinsertão da classe operária na cena política brasileira destacando uma nova dinâmica da resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis. (NETTO, 2011, p. 248).

Vale ressaltar dois pontos essenciais. Primeiro, o movimento de intenção de ruptura que propiciou impulso para o projeto profissional, estava estritamente ligado ao movimento da década de 1960 e 1970, na qual a sociedade brasileira se organizava para opor-se a então instaurada ditadura militar no Brasil, mais precisamente em primeiro de abril de 1964. O segundo, articulado ao primeiro, democratizar o Estado brasileiro era a estratégia dos movimentos sociais e nesta a contribuição de parte dos assistentes sociais. Pois afirma o professor, “que a intenção de ruptura depende mais que as outras tendências operantes na categoria profissional de um clima de liberdades democráticas para avançar em seu processamento”. Netto (2011, p. 249).

Netto (2011) aponta que de meados da década de 1970 a meados de 1980 o Serviço Social sofreu grande expansão e avanços no campo teórico e metodológico. Isto se deve a oposição do profissional ao conservadorismo, que está hipotecada à aproximação de parte significativa dos profissionais e professores de Serviço Social com as Ciências Sociais, logo a aproximação com a literatura “marxiana” e “marxista”.

Numa palavra: a partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, produtivo. (NETTO, 2011, p. 267).

Desta forma, ressalva Netto (2011), existe uma expansão de produção do saber no Serviço Social, com cursos de pós-graduação, ousando em suas análises, agora de cariz mais crítico, especialmente com relação a vertente conservadora da profissão. Isto não leva a afirmar que o conservadorismo foi superado, mas significa um avanço da massa crítica na academia e fora dela. Neste momento a vertente de intenção de ruptura torna-se mais significativa e expressiva.

Outro ponto em destaque para Netto (2011), o avanço do Serviço Social na década de 1980 estava estritamente vinculado ao clima, posteriormente ao processo de transição de uma ditadura para uma democracia, (contudo para Lenin (2010) a democracia burguesa não é isenta de ditadura de classes, o que muda são suas formas, mecanismos, instrumentos etc.). Dessa transição deriva várias questões: alteração em legislações na área da categoria, e outras. Sobretudo, o que mais marcou, do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, “ampliaram alguns direitos” já conquistados pelos trabalhadores e criaram outros.

De acordo com Netto (1999), há necessidade de sistemas democráticos para fazer valer projetos como o do Serviço Social brasileiro. Por existir uma disputa de projetos na sociedade, onde a dimensão política, obrigatoriamente, envolve relações de poder. Estas relações incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e renovam conforme as conjunturas históricas e políticas. Por isso, este autor afirma a necessidade de os projetos profissionais estarem articulados com os projetos societários. Esta articulação parece ter um peso qualitativo para organizações sociais.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do



conservadorismo no Serviço Social: no processo de derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional. (NETTO, 1999, p. 10).

Mais adiante Netto (1999), aponta outros elementos que devem constituir um novo projeto para o Serviço Social. E mais uma vez, a democracia é espaço de lutas e conquistas mesmo no Estado burguês, a saber: avanço teórico, metodológico e crítico nas produções teóricas do Serviço Social com a pós-graduação em (parte) oposição ao conservadorismo profissional, “à conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira”, (NETTO, 1999, p. 14), o código de ética profissional de 1993. A questão não é negar estas conquistas, mas verificar que dentro do Estado tudo isso é permitido ora de formas mais alargadas outrora de formas restritas, de acordo com os interesses do capital.

É quase unânime entre a categoria profissional que o referido projeto tem seu respaldo legal em três documentos, a saber: lei de regulamentação da profissão, diretrizes curriculares e código de ética de 1993. No entanto, é neste último documento que a relação do projeto esta estritamente vinculada a democracia enquanto seu chão histórico

(...) a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2012, p. 21).

No quarto princípio do código de ética, também há relação entre democracia e projeto profissional. “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2012, p. 23).

Este desenho acerca da construção da concepção de democracia no interior do Serviço social que se materializa nos espaços do exercício profissional explicita, ela (a democracia) viabiliza as lutas políticas da categoria para realização de Políticas Sociais numa ótica do direito garantido pelo Estado brasileiro. Nesse sentido a democracia orienta a ação profissional, por isso quando a democracia é ameaçada, é ameaçada também conquistas significativas (para) dos Assistentes Sociais.

Anteriormente foi observado, a construção de democracia no Serviço Social enquanto categoria que ofereceu (e oferece) direção política constitutiva no Projeto Ético-Político. Projeto este que orienta a formação e ação do Assistente Social. Neste sentido Abramides (2015), caracteriza o projeto como

(...) o horizonte do projeto profissional, voltado para a autonomia, a emancipação, a ampliação da liberdade, a socialização da economia e da política, a apropriação da riqueza socialmente produzida para o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais, somente será possível historicamente se o movimento dos trabalhadores e em luta avançar em direção ao socialismo. O projeto profissional hegemônico encontra-se articulado a essa perspectiva societária de uma nova ordem social libertária e igualitária. Se os anos 80 constituíram-se em um processo de ascensão da luta de classes, a partir dos anos 1990, a classe trabalhadora encontrou-se na ofensiva mediante os ataques do grande capital. (ABRAMIDES, 2015, p. 8).



Nesse sentido, o projeto profissional parte de um projeto de uma categoria e como horizonte almeja a “conquista de uma nova sociedade”, a partir da vinculação do projeto profissional com “projeto societário”. Contudo, segundo Abramides (2015), é necessário reconhecer um longo caminho que se realiza com lutas e disputas cuja são expressões da luta de classes na sociedade burguesa. Atualmente, a política neoliberal sendo parte constitutiva de produção e reprodução do capital, vem impondo novos desafios a implementação do projeto ético-político, alterando a conjuntura com relação a conjuntura em que foi “consolidada” este projeto, o que significa também reconhecer os seus limites do projeto profissional. “Até mesmo um projeto profissional crítico e avançado deve ter em conta tais limites, cujas linhas mais evidentes se expressam nas condições institucionais do mercado de trabalho”. (NETTO, 1999, p. 7).

Esses limites institucionais se verificam com a compreensão do assistente social inserido no mercado de trabalho na condição de trabalhador assalariado. Isto determina a sua ação profissional. “Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho”. (IAMAMOTO, 2014, p. 215). Esta exposição é válida, pois como afirmam Coelho e Forti (2015), há uma espécie de negação dos determinantes institucionais, como se as demandas postas no cotidiano profissional fossem resolvidas pelo simples fato do Serviço Social estar respaldado num projeto profissional e oculta que as demandas estão postas na realidade social, a partir da relação capital e trabalho. Portanto “um projeto crítico deve levar em conta de que profissão se trata, suas determinações e limites estruturais e suas condições histórico-conjunturais”. (GUERRA, 2015, p. 63).

Com isso expressa a colocação de Netto (2007) para o enfrentamento de questões postas pela realidade social é preciso que a categoria profissional aposte na organização política, para coletivamente e vinculado a projetos mais amplos, enfrentar este contexto regressivo para a classe trabalhadora. É preciso que este projeto se faça valer com “fundamentos democráticos e progressistas em prol dos interesses da classe trabalhadora”. (COELHO e FORTI, 2015, p.15).

De acordo com Netto (2007), numa espécie de revisão de seu texto A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social, com relação à atualidade, surgiu novos elementos que podem implicar na inviabilização do projeto profissional. No que tange o trabalho profissional, a política neoliberal apresenta uma ameaça ao projeto, pois vem na contra-mão de seus princípios, ou seja, vem promovendo a liquidação dos direitos sociais conquistados as árduas lutas sociais dos trabalhadores, implica também na privatização do setor produtivo estatal, assim como vem ocorrendo um sucateamento dos serviços públicos, para além, afeta as organizações políticas profissionais e dos trabalhadores em geral. Esses são elementos significativos oriundos da política macroeconômica, que atinge de forma negativa, grande parte da sociedade brasileira, os trabalhadores.

Assim sendo, afirma Netto (1999), a existência da ofensiva do capital se expressa (não só) no neoliberalismo, com isso ele representa ameaças a conquistas democraticamente viabilizadas pelo projeto do Serviço Social.

(...) a análise da atualidade deve sublinhar o que hoje me parece substantivo, ou seja, o desenvolvimento, próprio desta conjuntura, das linhas de força da cultura neoliberal, numa escala não prevista em 1999, profundamente problemática a conversão do “projeto ético-político” em processo real de qualificação do Serviço Social. (...) as ameaças apenas anunciadas em 1999 adquirem uma densidade que



põe em crise a implementação do “projeto ético-político”. Então, o seu enfrentamento supõe mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas. (NETTO, 2007, p. 40).

Com o acirramento do individualismo, da competição caudatária do neoliberalismo, impõe dificuldades a dimensão democrática que tanto contribuiu e contribui para sustentar as lutas, posteriormente conquistadas que se faz presentes no Projeto Ético-Político. Nesse sentido é preciso “denunciar o individualismo que obscurece e trava a direção social e política”. (TEIXEIRA, 2009, p. 19). É preciso destacar que a ofensiva neoliberal representa a cruzada antidemocrática do grande capital coloca assim, ameaças a concreta “implementação” dos princípios do projeto profissional, Netto (2007).

As ameaças devem ser abordadas sob dois problemas centrais.

“entendo que a limitação do Serviço Social às atividades assistenciais, postas na equivocada “estratégia” da redução da pobreza, e o aviltamento da formação profissional, mediante uma massificação degradada, inviabilizarão o projeto ético-político”. (NETTO, 2007, p. 39).

Com relação “às atividades assistenciais”, Netto (2007). Segundo Lopes (2009) a questão central está no fato de que houve uma despolitização da pobreza e da desigualdade com a metamorfose do assistencialismo em política de assistência como direito garantido na Constituição Federal de 1988 e em legislações específicas da área de atuação do assistente social.

Já Coelho e Forti (2015), lembrando Braz (2004), ressalta que a ameaça no campo da formação acadêmica se torna cada vez mais forte com a crise capitalista contemporânea,

(...) que além de repercutir nos serviços prestados pelas instituições empregadoras dos assistentes sociais, traz sérias implicações para os profissionais que exercem atividades na docência – melhor dizendo, causa impacto importante nas condições de trabalho dos docentes e da formação profissional. (COELHO e FORTI, 2015, p. 26).

Esta ameaça identificada a partir da década de 1990 com a política de expansão do ensino superior privado no Serviço Social com implicações na formação profissional com a precarização do ensino, com frágeis estruturas acadêmicas, e outras, havendo um aviltamento na formação crítica do Assistente Social. Este processo de desqualificação da formação profissional significa uma desqualificação da ação profissional, segundo Braz (2007) pode propiciar um campo fértil à expansão do “neoconservadorismo” na profissão. Outro problema crucial se “refere à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho”. (BRAZ, 2007, p. 7). Ou seja, a crise dos movimentos sociais impõe dificuldades a implementação dos princípios do projeto profissional, destacadamente a democracia.

A partir da década de 1990 as reivindicações dos trabalhadores tenderam da luta por uma nova sociedade, “alternativa ao capitalismo”, para a luta por direitos conquistados no âmbito do Estado burguês rumo a destruição das “reais” conquistados da classe trabalhadora, Lopes (2009).



(...) verifica-se uma tendência de virada de grande parte dos movimentos que apontavam na direção da construção de uma nova sociedade, alternativa ao capitalismo, para uma perspectiva de resistência ao neoliberalismo, com centralidade na luta por míseros direitos, conquistados pelos trabalhadores na luta de classes e tendo o Estado como principal alvo, em face da voracidade dos governos na destruição dessas conquistas. (LOPES, 2009, p. 24).

A partir desse desenho acerca do contexto (minimamente) histórico-político do Serviço Social numa perspectiva crítica, buscou-se recuperar a relevância da democracia na constituição do projeto profissional e analisa-la em seu desenvolvimento e desdobramentos para com o Serviço Social na orientação política do Assistente Social, ou, ao passo que a democracia vai se tornando categoria central no projeto ético-político, quais as formas de compreensão do profissional.

Frente a este contexto complexo e dramático para os trabalhadores e entre eles para os Assistentes Sociais: redução de direitos trabalhistas, cortes financeiros em políticas sociais, ampliação das Organizações Não-Governamentais – ONGs, avanço da privatização do ensino superior presencial e ainda pior, aumento das escolas de Serviço Social (dentre outros cursos) em Ensino a Distância – EAD. Conjuntura problemática para defender o projeto profissional do Serviço Social. Contudo, a questão não é apenas a política neoliberal, definitivamente não. Como apontam Braz e Netto, em seus textos utilizados, o problema também vem do significado que tinha o PT para a esquerda dos anos 1980 e até 1990 e sua grande virada após 2002. Não há afirmação aqui de a crise do projeto estar vinculada apenas a ruptura de bandeiras do Partido dos Trabalhadores. Porém dada a história recente de construção do projeto profissional e nele a concepção de democracia construída traçar paralelos e relações com a democracia do PT é necessário. Isto leva a afirmar que os desafios colocados ao projeto do Serviço Social guardam relação com os desafios colocados aos movimentos sociais.

4. Referências Bibliográficas

- ABRAMIDES, M. B. C. Prefácio. In: FORTI, V. ; GUERRA, Y. (Org.). *Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 5 – 13.
- BRASIL. CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2012.
- BRAZ, M.. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In; *Revista Inscrita* N. 10, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.
- CHACON, V. *História dos Partidos Brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2 ed. 1985.
- COELHO, M. ; FORTI, V. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social; considerações sobre fundamentos e cotidiano profissional. In: FORTI, V. ; GUERRA, Y.



- (Org.). *Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 15 – 38.
- FERNANDES, F. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, coleção polêmicas do nosso tempo, 1991.
- GONÇALVES, C. W. e HAESBAERT, R. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: ed. UNESP, 2006.
- GUERRA, Y. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V. ; GUERRA, Y. (Org.). *Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 39 – 70.
- GUERRA, Y. A “virada” do Serviço Social. In; *Revista Inscrita* N. 12. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- LENIN, V. Litch. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LOPES, J. B. Os desafios, 30 anos depois. In; *Revista Inscrita* N. 12. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.
- MACIEL, D. De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7355_Maciel_David.pdf. Acesso em: 28 de julho de 2016.
- NETTO, J. P. Das ameaças à crise. In; *Revista Inscrita* N. 10. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.
- NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Disponível em: <http://cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2007.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64*. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, J. P. *Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- TRISTÃO, E. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. Disponível em: www.periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/5623/4671. Acesso em: 26 de julho de 2016.
- SAES, D. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- TEIXEIRA, J. B. Da barbárie ao paraíso. In; *Revista Inscrita* N. 12. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.